

## CAPÍTULO I

# OS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA GUERRA COLONIAL

*“Aquele que durante anos confronta o inimigo em busca de vitória numa batalha decisiva, mas que, por cobiçar postos, honrarias e peças de ouro, se mantém na ignorância da situação do adversário, é destituído de qualquer tipo de humanidade. Tal homem não é um general, nem qualquer apoio para o seu soberano, ou “mestre da vitória”.*<sup>1</sup>

“*Algérie Française*” ou “*Angola é Nossa*”<sup>2</sup> foram palavras de ordem que ressoaram nas duas grandes metrópoles europeias quando os ecos da Conferência de Bandung (1955) começaram a transformar a realidade colonial em África. A ideia que se transmitia era a mesma, os colonos brancos eram a grande força que iria manter aqueles territórios na sua posse contra as exigências dos líderes da independência e face aos desígnios das grandes organizações supranacionais criadas após a guerra mundial em cujas cartas fundacionais se consagrava o princípio do direito de autodeterminação dos territórios não autónomos. Ambas as posições

---

<sup>1</sup> SUN TZU, *A Arte da Guerra*, Publicações-Europa América Lda., Mem Martins, 2009, pág. 172.

<sup>2</sup> Ainda que esta expressão tenha aparecido primeiramente num manifesto do MPLA, em 1960, foi depois utilizada como palavra de ordem dos defensores da continuação do colonialismo português. Ver MATEUS, Dalila Cabrita e MATEUS, Álvaro, *Angola 1961. Guerra Colonial: Causas e Consequências. O 4 de Fevereiro e o 15 de Março*, Texto, Lisboa, 2011, pág. 64.

mantiveram um grande paralelismo e um desfecho muito semelhante, ainda que cronologicamente diferente, pois a crise político-social em França conduziu à mudança no Estado, terminando com a IV República em 1958 e, após 17 anos de guerra colonial, foi a V República a que, de maneiras diversas, encetou o processo descolonizador, que pôs fim à independência mais traumática, a da Argélia, ao passo que em Portugal o volte-face político só se produziu em 1974, após 13 anos de guerra no Ultramar, acompanhando um processo de democratização na metrópole. No entanto, estes dois percursos históricos tiveram um ponto de contacto em 1961, no primeiro ano de guerra portuguesa e último da guerra francesa. Esta semelhança era bem clara aos olhos dos observadores estrangeiros, como era o caso do cônsul suíço em Luanda, que ressaltava em ambos os casos o peso dos colonos estabelecidos e que, de facto, foi o grande trauma social destes processos de descolonização: *“O problema português assemelha-se muito aos da Argélia e da África do Sul, no que respeita às gerações nascidas em Angola, aqui estabelecidas e para as quais Angola é a verdadeira Pátria, uma vez que muitos nem sequer conhecem a Metrópole.”*<sup>3</sup>

Quando os sinais de alerta começaram a soar em África, em 1956, com o anúncio de múltiplas independências, como as dos territórios franceses de Marrocos e da Tunísia, bem como o protetorado espanhol do Rif, que o general Franco tinha em tanto apreço, os altos comandos das Forças Armadas portuguesas alertaram com clareza a aproximação da luta armada nas suas colónias, enquanto a direção política mantinha o pendor conservacionista a todo o custo.

Contudo, por esta altura, Portugal ainda não tinha desenvolvido minimamente um verdadeiro sistema de informações, que lhe permitisse estar preparado para a longa guerra que iria ter de enfrentar. Entretanto, a França já contava com uns serviços de informação que tinham demonstrado a sua eficácia desde a criação do BCRA (*Bureau Central de Renseignements et d'Action*), já em 1940.

## As Informações Militares

Diferentes comandantes militares, como o general Beleza Ferraz, alertaram para a necessidade de uma preparação urgente das Forças Armadas face à situação que se avizinhava, o que incluía começar a pensar na imprescindível preparação dos serviços de informações nas colónias. De

---

<sup>3</sup> Relatório confidencial e pessoal do cônsul da Suíça em Luanda, Rolland Pierre Gottraux, para o Embaixador em Lisboa, Franco Brenni, de 17 de fevereiro 1961. AFS, Berne, E 2300/9001/

facto, Beleza Ferraz tinha já realçado a importância que as informações iam ter nesta guerra:

“Impõe-se dispormos de um Serviço de Informações adequado que trabalhe não somente para o Governo (política) mas também para o Comando Militar (recrutamento, segurança e operações) mantendo-se estes dois órgãos no mais estreito contacto, enquanto não for reconhecida a necessidade de unificação; mais conveniente, se esta for tomada, logo que se iniciem as medidas de preparação operacional. Torna-se necessário que a autoridade militar local receba uma estreita cooperação dos serviços da província que mais interessem ao caso, designadamente, os administrativos, de polícia, de marinha e de aviação, além do que deixámos dito na alínea anterior.”<sup>4</sup>

A antecedente reforma militar tinha cristalizado na Lei de Organização da Nação para a Guerra, de 1956 e, pouco depois, quando assumiu a Subsecretaria de Estado da Defesa Nacional o coronel Francisco da Costa Gomes (1958-1961), começaram a ser postas em andamento outras iniciativas que incluíam a coordenação entre diferentes órgãos, estabelecendo-se que a planificação da procura da informação seria feita de acordo com as instruções do SGDN. Atuando dentro das diretivas definidas por este, a 2.<sup>a</sup> secção do EME deveria: “planear a busca, reunião e difusão das informações de interesse para o Exército, designadamente as relativas ao Ultramar”; “planear, coordenar e acionar as atividades de contrainformação dentro do Exército” e “a formação de pessoal especial do Serviço de Informações; orientar e coordenar a ação dos adidos militares e missões do Exército no estrangeiro; estabelecer a ligação dos organismos do Exército com os adidos e missões estrangeiras; cooperar na orientação superior sobre os problemas de cartografia, guerra psicológica e criptografia”<sup>5</sup>.

Em 1959, e presidida pela Autoridade Nacional de Segurança, foi criada uma Comissão Interministerial de Segurança, cuja missão era generalizar, coordenar e uniformizar as medidas de segurança que deviam rodear as informações, não só a nacional mas, também, a “dos países ou organizações a que nos encontrávamos ligados por comunhão de interesses ou de ideais”<sup>6</sup>, a qual, no ano seguinte, passou a estar relacionada com a 2.<sup>a</sup> Repartição do SGDN.

---

<sup>4</sup> Memorando do CEMGFA, gen. Beleza Ferraz, de 24 de outubro de 1958, AHM F. 39 Sr. 3 Cx. 566.

<sup>5</sup> Decreto-lei n.º 42564, de 7 de outubro de 1959.

<sup>6</sup> COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (1961-1974) *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)* Vol I, Lisboa, EME, 1988, pág. 358.

Igualmente, neste mesmo ano, foi criada a CHERET, Chefia do Reconhecimento das Transmissões, cuja função era fundamentalmente a deteção, seguimento e escuta das transmissões inimigas em colaboração com os serviços de informações, ainda que, formalmente, não estivessem neles integrados.

Esta era *grosso modo* a estrutura das informações militares criada na metrópole, particularmente a do Exército, para operar tanto no interior, como no exterior, quando, com as primeiras deflagrações da insurreição em Angola, em 1961, deu início à guerra colonial.

A informação de origem militar era recolhida pelas próprias unidades militares colocadas no terreno e realizava-se através de operações de reconhecimento, de interrogatórios dos inimigos capturados, de documentação apreendida ou do contacto com a própria população, isto é, por via daquilo que se conhece como informação tática.

Este tipo de informação iniciava-se com a recolha de dados nas unidades básicas do exército, fundamentalmente as Companhias; a estas seguia-se o Batalhão em quadrícula onde eram estudadas a localização e as vias de passagem das unidades guerrilheiras antes de levar a cabo as operações contra as mesmas<sup>7</sup>. O escalão seguinte era o Sector, que assumia um papel mais importante nas áreas fronteiriças onde era necessário conhecer as vias de infiltração a partir dos países vizinhos, pois, como foi referido, o inimigo possuía muitas das suas bases, bem como a sua retaguarda, além-fronteiras. Tal fazia com que fosse necessário contar com outras estruturas de informação, estas não militares, fora do território nacional, para obter o conhecimento exato daquelas bases e respetivos pontos de entrada.

Num escalão superior encontrava-se o Comando da Região Militar ou Comando-Chefe, um em cada teatro de operações (COMCHEFEANGOLA, COMCHEFEMOÇAMBIQUE e COMCHEFEGUINÉ). A este nível, dado que um dos objetivos essenciais era a contenção das infiltrações provenientes dos estados vizinhos, era necessário orientar o serviço de informações para um maior esforço de pesquisa e recolha de dados no respeitante à penetração de elementos subversivos através da fronteira e ao dispositivo e atividades político-militares do inimigo nesses territórios<sup>8</sup>. Colocava-se, assim, neste nível uma maior necessidade de conhecimento de certos aspetos de natureza política, económica e militar dos países com frontei-

---

<sup>7</sup> COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (1961-1974) *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Vol. I, EME, Lisboa 1988, pág. 364.

<sup>8</sup> *Ib.*

ras comuns aos diversos teatros de operações. O aspeto peculiar do fator inimigo a tomar em consideração era “a determinação das suas possibilidades de abertura de novas frentes, ou tendência de alastramento das já existentes, a fim de se proceder à necessária e oportuna alteração do dispositivo de quadrícula e ao emprego de forças de intervenção para lhes fazer frente”<sup>9</sup>.

No âmbito interior quem jogava um papel determinante eram os Chefes de Posto Administrativo que conseguiam manter um nível de informação importante através das populações que necessitavam dos seus serviços e conseguiam mesmo alguma informação proveniente do interior das organizações nacionalistas por alguma infiltração que conseguiam ter entre os nativos. Isto era de especial relevo nos postos próximos das fronteiras, a partir dos quais podiam também ser estabelecidos contactos com as populações que estavam refugiadas nos países que acolhiam os movimentos de libertação.

Nesta guerra havia um tipo de informação estratégica indispensável que não podia ser obtida somente pelos meios militares ou administrativos, como era a relativa às organizações nacionalistas estabelecidas fora das fronteiras. Era de vital importância conhecer os seus movimentos no exterior, os seus contactos com outras organizações, nomeadamente governos, as aproximações mútuas ou as suas fragilidades ou cisões, etc., tal como identificar as suas fontes de fornecimento de armamento, localizar as suas bases de treino, identificar os seus apoios políticos e financeiros, medir o alcance dos seus órgãos de propaganda e conhecer os seus movimentos diplomáticos no meio internacional.

Os objetivos definidos pelo SGDN (Secretariado-Geral da Defesa Nacional), num Plano de Pesquisa de Informações, que estimamos ser de finais de 1967, eram, a “colheita de informação positiva” e o “suborno dos chefes terroristas ou seus principais colaboradores”<sup>10</sup>. Assim, quer para a República do Senegal e a República da Guiné, quer para a República Popular do Congo, a República Democrática do Congo ou a Zâmbia, havia elementos comuns para recolha de informação como eram: conhecer a realidade das bases dos movimentos independentistas das respetivas colónias portuguesas vizinhas: Quartel-Geral do PAIGC em Casamança, no Senegal e as bases de Koundara, Kindia<sup>11</sup> e Boheylela

---

<sup>9</sup> *Ib.*, p. 366.

<sup>10</sup> Documento do SGDN, Muito Secreto, ADN 5569.3.

<sup>11</sup> No documento SGDN, Muito Secreto, ADN 5569.3, é descrita a prisão “*Maison de Force*”, em Kindia, onde estava preso o sargento piloto da Força Aérea António Sousa Lobato, capturado pelo PAIGC no Tombali, na sequência da queda do avião

(região de Gaoual), na Guiné-Conacri; no Congo-Brazzaville as bases do MPLA de Ponta Negra, M'Boussou, Dolisie, Loubomo<sup>12</sup>, M'Venze e Massende; no Congo-Léopoldville as bases do FNLA em Kinkuzu, Kizamba, Kapombo, Katende e Dilolo, da UNITA; na Zâmbia as bases da UNITA em Lixa e Kauina, as do MPLA em Liumba, Balovale e Chavuma e as da COREMO em Chicua e Chimoto para além de outras indeterminadas como Lusaca, Petauke, Cassupa e Canonguessa<sup>13</sup>.

Tentava-se conhecer a localização precisa dos acampamentos junto da fronteira e qualquer outro tipo de bases e quartéis que pudessem ser criados. Para além da sua localização exata, era igualmente determinante saber o número de elementos que os compunham e o material de que dispunham. Quanto ao nível operacional requeria-se informação sobre planos de ataques iminentes e futuros: que locais visariam, qual o itinerário a seguir pela guerrilha, o número de elementos a operar, o material a utilizar, bem como os modos e meios de “quaisquer outros planos de ação (militar, psicológico etc.)”<sup>14</sup>.

Por outra parte, num contexto adverso à sua própria política, como era o caso da crescente condenação internacional do colonialismo, era decisivo para Portugal manter-se a par da posição dos diferentes governos, tanto africanos como europeus, americanos ou asiáticos, face a cada uma das organizações independentistas, a fim de estudar a maneira de influir sobre eles com respeito a esta matéria e fazê-los aproximar-se da posição portuguesa ou simplesmente neutralizar a sua ação embora esta, por razões de conveniência, não se manifestasse publicamente e se ficasse pelo terreno do “discreto”.

Toda esta informação era obtida também, maioritariamente, pelos serviços não militares e, dentro deles, assumiam, obviamente, um relevo extraordinário os fornecidos pelas fontes diplomáticas e policiais, que, como veremos, chegaram a trabalhar em conjunção e, ainda que tal não fizesse parte da tradição portuguesa, incorporaram-se, formal ou informalmente, funcionários da PIDE/DGS em alguma legação diplomática onde a recolha de informação era de vital importância para a condução das operações militares nos teatros de operações africanos. Influenciar os governos vizinhos, em colaboração com determinados serviços estrangei-

---

que pilotava, em 22 de maio de 1963. Seria libertado durante a operação “Mar Verde”, em novembro de 1970.

<sup>12</sup> Loubomo foi o nome de Dolisie entre 1975 e 1991. Contudo o documento, aparentemente, considera localidades diferentes.

<sup>13</sup> Documento do SGDN, Muito Secreto, ADN Cx. 5569.3

<sup>14</sup> *Ib.*

ros, ou realizar operações cujo objetivo era mudar governos em exercício por outros mais favoráveis à permanência de Portugal em África, criar constantes distúrbios nestes estados, mediante ações de pequenos grupos, a fim de originar problemas de manutenção da ordem aos seus governantes e, como tal, diminuir o apoio destes aos movimentos guerrilheiros das colónias portuguesas, eram também funções essenciais do operativo bélico. Todas estas ações realizadas pela PIDE/DGS durante a guerra colonial foram o objetivo principal dos seus serviços de informação nos territórios africanos.

### **As Informações não Militares**

Em complemento da estrutura dos serviços de informações militares, vinham-se desenvolvendo com uma certa amplitude os serviços de informações não militares, especialmente os de carácter policial, embora também existissem outros como era o caso dos serviços de informações da Legião Portuguesa, este teoricamente restringido ao território metropolitano, mas que contou com algum episódio no exterior.<sup>15</sup>

À medida que se foi tornando evidente a importância da informação estratégica naquilo que se apresentava como uma guerra subversiva, face às experiências recentes de outras metrópoles, como era o caso da França nos Camarões e na Argélia, do Reino Unido na Malásia e no Quênia ou das guerras contemporâneas das do ultramar português, como era a do Vietname relativamente aos Estados Unidos, foram-se produzindo algumas alterações no sistema. O objetivo essencial destas era conseguir congregar os esforços resultantes do trabalho no campo da informação que, separadamente, vinha realizando cada um daqueles serviços.

Tratava-se de desenvolver um trabalho de informação cada vez mais amplo e profundo, que permitisse um melhor aproveitamento e exploração dos dados e a sua interpretação, bem como aumentar a massa do conhecimento que proporcionavam, quer dizer, complementar os serviços de informações com um serviço de inteligência, para o que se impunha uma centralização da informação.

Para além da recolha, recorte, catalogação e distribuição de dados que pudessem servir para produzir “inteligência”, tornava-se indispensável uma rede de difusão dos elementos essenciais de informação para que estes circulassem por todo o aparelho do Estado e orientassem as decisões da esfera política. Para este fim, as informações elaboradas nos escalões mais

---

<sup>15</sup> Ver DUARTE de JESUS, José, *CASABLANCA, O Início do Isolamento Português, Memórias Diplomáticas: Marrocos 1961-1963*, Gradiva, Lisboa, 2006, pág. 123 e ss.

elevados dos comandos operacionais eram enviadas para os demais serviços de informação civil (designadamente os Ministérios da Defesa Nacional, Ultramar e Negócios Estrangeiros e Governos Gerais), a PIDE/DGS e os SCCI (Serviços de Centralização e Coordenação de Informações), em Angola e Moçambique. Por sua vez, as informações dos serviços civis eram também enviadas às autoridades militares e policiais, como era o caso da proveniente das legações diplomáticas de Portugal. Além desta troca de informações escritas eram realizadas com alguma regularidade reuniões entre os comandos militares e os serviços de informação civis, tanto a nível do comando superior, como a nível do comando sectorial.

Foi por isso que, quando em Janeiro de 1961 tiveram lugar os acontecimentos da Baixa do Cassanje, que anteciparam o início do conflito angolano, marcado pelos assaltos em Luanda de 4 de Fevereiro seguinte, ainda se fez sentir com maior evidência a necessidade de dispor desse serviço de informação centralizado, com atuação também no interior dos meios civis e que apoiasse simultaneamente o Governo-Geral de Angola e o Comando Militar.

Embora na altura fosse decidido estudar o assunto, não foi senão até à nomeação do general Venâncio Deslandes, que entretanto cessava no seu cargo de embaixador em Madrid para ocupar os de Governador-Geral e Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola, quando foi instituído um verdadeiro Serviço de Centralização e Coordenação de Informações na província<sup>16</sup>. Este serviço haveria de ser posteriormente criado em Moçambique, ficando em aberto a possibilidade do modelo ser estendido às restantes províncias ultramarinas, caso fosse considerado necessário, o que nunca chegou a acontecer.

#### **a. Os SCCI e os CIT**

O SCCIA, *Serviço de Centralização e Coordenação de Informações de Angola*, ainda que integrado essencialmente por militares e usando metodologia e técnicas próprias dos regulamentos destes, dependia do Governador da Província e trabalhava num amplo campo de informações, as quais serviam fundamentalmente à autoridade civil. As suas competências eram “reunir, estudar e difundir as informações que interessassem à política, à administração e à defesa das respetivas províncias”<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Decreto-lei n.º 43761, de 29 de junho de 1961.

<sup>17</sup> COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (1961-1974) *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)* Vol. I, EME, Lisboa, 1988, pág. 362.

A criação do SCCIA foi o primeiro resultado prático da proposta do general Deslandes e da iniciativa legislativa do Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, na qual havia colaborado o major Pedro Cardoso a quem, por esta razão e porque tinha recebido formação na Escola de Informação do Exército Britânico<sup>18</sup>, lhe foi encomendado o pôr em marcha do serviço em Luanda, onde era mais urgente o seu funcionamento. O major Pedro Cardoso desenvolveu também o decreto de criação desses serviços juntamente com o capitão Serpa Rosa, Secretário-Geral do Ministério do Ultramar.

Contudo, Pedro Cardoso não foi nomeado para o cargo de diretor deste serviço, o qual ele havia contribuído para pôr em pé, senão que o cargo iria recair no também major Eduardo Alberto Silva e Sousa, que permaneceria nele durante dez anos. O major Pedro Cardoso seria nomeado diretor do CITA, *Centro de Informação e Turismo de Angola*, “criado por aquela altura e cujas atribuições se revestiam de maior protagonismo”<sup>19</sup> e desde o qual manteve, durante o tempo em que ocupou o posto, entre 1961 e 1962, boas relações institucionais com o SCCIA. De facto, o chefe do GIE-CITA realizou viagens no ano 1961 e 1962 aos estados vizinhos de Angola para promover as primeiras redes de informadores da região em colaboração com os chefes das missões diplomáticas portuguesas em Brazzaville e Léopoldville<sup>20</sup>. No CITA também prestou serviço São José Lopes antes de assumir a chefia da PIDE em Angola.

Tanto o CITA, cuja função inicial era promover o turismo como parte do aparelho de propaganda exterior da ação portuguesa em Angola, como o SCCIA, funcionavam como serviços de informação sem abrangência nem eficiência suficientes, embora o SCCIA sempre tivesse alguma capacidade de coordenar informações de procedências diferentes, ou, pelo menos, servia como um local de encontro e de troca das mesmas.

---

<sup>18</sup> Na *Military Intelligence School*, integrada no *Intelligence Center* no *Maresfield Park Camp*, Uckfield, Sussex. O curso frequentado pelo major Pedro Cardoso era sobre contrainformação e tinha um carácter eminentemente prático. “Faziam exercícios de observação, de seguimento, de escuta e de contacto com agentes.”, MARQUES PINTO, R., “OS MILITARES E AS INFORMAÇÕES” (Em memória do General Pedro Cardoso), em MOREIRA, A., (Coord.), *Informações e Segurança. Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*, Prefácio, Lisboa, 2004, pág. 474.

<sup>19</sup> LADEIRO MONTEIRO, R., “Subsídios para a História recente das Informações em Portugal” em MOREIRA, A., (Coord.), *Informações e Segurança. Estudos em honra do general Pedro Cardoso*, Prefácio, Lisboa, 2004, pág. 459.

<sup>20</sup> Ver TÍSCAR SANTIAGO, María José, *Diplomacia Peninsular e Guerra Colonial*, Edições Colibri, Lisboa, 2013, pág. 367 e ss.

Mas, ao serem separados os cargos de Governador-Geral e Comandante-Chefe de Angola, a 24 de setembro de 1962<sup>21</sup>, surgiram dificuldades no âmbito da coordenação das informações, pois novamente ficavam separados o órgão militar e o civil, uma vez que o SCCIA, dependente do Governador-Geral, ficava enquadrado dentro do organograma do Ministério do Ultramar e não no da Defesa. Este problema foi tentado solucionar através de um despacho conjunto de ambos os ministérios, pelo qual era permitido aos comandos militares ter acesso à informação que produzia o SCCIA<sup>22</sup>. A coordenação entre ambos os órgãos seria efetuada pelo Conselho de Defesa, que passaria a integrar comissões provinciais e distritais de informações como órgãos consultivos, ficando o SCCIA como órgão executivo, servindo tanto o Governo-Geral, de quem mantinha a dependência hierárquica, como o comando militar do qual seria o órgão para as informações. Isto foi outra das causas de que, a nível de governo, a necessária criação de um serviço que centralizasse e coordenasse as informações nunca chegasse a materializar-se, até depois de terminar a guerra colonial.

Todavia, a importância dos serviços de informação foi posta em evidência, por exemplo, pelo então major da Força Aérea Galvão de Melo, ao admitir que, com base em informações não seguras, poderiam ser bombardeadas povoações inocentes, o que, para além de lamentável, podia trazer consequências futuras graves e chamava a atenção para o facto de em Angola terem acontecido problemas do género no início da guerra que fizeram com que algumas populações se passassem para o inimigo.

---

<sup>21</sup> Nesta data o general Deslandes cessa funções sendo substituído pelo tenente-coronel Silvino Silvério Marques no cargo de Governador-Geral de Angola e no cargo de Comandante-Chefe pelo general Holbeche Fino.

<sup>22</sup> O Despacho conjunto do Ministro do Ultramar, António Peixoto Correia, e do Ministro da Defesa Nacional, Manuel Gomes Araújo, de 29 de janeiro de 1963, expunha como fundamento da norma: “Sendo necessário habilitar os comandantes-chefes das forças armadas das províncias ultramarinas com serviços de informação que o reduzido quadro de pessoal dos gabinetes militares não permite estruturar; Constatando-se que aos serviços de centralização e coordenação de informações, nos termos do artigo 1.º do Decreto n.º 43 761, compete reunir, estudar e difundir as informações que interessem à política, à administração e à defesa das referidas províncias; Atendendo ainda que a missão conferida aos serviços de centralização e coordenação de informações e o seu âmbito de atuação aconselham a que sirvam simultaneamente os governadores-gerais e os comandantes-chefes;”, COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (1961-1974) *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)* Vol. I, EME, Lisboa, 1988, pág. 371.

Os serviços de informações estenderam-se a Moçambique com a criação do SCCIM em 1961, sendo no ano seguinte definidas as atribuições deste serviço.

Em 1963, com o corte de relações diplomáticas e conseguinte agravamento do isolamento português em África a partir da criação da OUA, as legações nos países vizinhos das colónias portuguesas passaram a depender da vontade do Estado que assumiu a representação (Suíça, Espanha ou Alemanha, conforme os casos), tendo-se complicado ainda mais quando, em 1966, o Presidente Mobutu expulsou a diplomacia portuguesa do Zaire, ponto vital para controlar a guerra na grande colónia que era Angola. Tal situação debilitava de tal maneira a estratégia política e militar de Lisboa, facilitando, inclusivamente, a abertura de novas frentes ao MPLA, que obrigou a deitar mão de colaborações exteriores, como os serviços secretos franceses, ou paralelos, como a *Aginter Presse*, criada precisamente nesta agravada conjuntura e que, sob cobertura jornalística, colaborará com a PIDE em diferentes programas de informação, infiltração e destabilização de governos vizinhos das colónias portuguesas<sup>23</sup>.

Os falhanços destes serviços de informação mercenários contratados pela PIDE e pagos pelo MNE e pela Defesa Nacional e os atritos por eles produzidos dentro dos órgãos do Estado implicados e com os serviços de outros países terminaram com este plano de ação em 1969. Nesta situação, no fim daquele ano, foi aproveitada uma mudança na atitude do governo zairense que conduziu a que, em 1970, fosse permitido, sob cobertura da Embaixada de Espanha, a abertura de uma missão informal em Kinshasa, na qual foi integrado, por imposição do general Mobutu, o inspetor-adjunto Fragozo Allas, e a partir da qual os serviços de informações portugueses voltaram a poder estender as suas redes de informadores e a levar a cabo operações encobertas contra movimentos e governos africanos operando a partir daquela capital.

Em 1971 e como consequência da má qualidade das informações que se tinha demonstrado desastrosa para a “Operação Mar Verde” foi reorganizado o serviço na Guiné, trabalho para que foi designado o inspetor-adjunto Fragozo Allas, entretanto chamado pelo general Spínola para render o anterior responsável da DGS, Alberto Matos Rodrigues.

Simultaneamente, na metrópole, o comandante Alpoim Calvão, oficial da Marinha que tinha planeado e comandado a falhada intervenção em

---

<sup>23</sup> Ver DUARTE de JESUS, José Manuel, *A Guerra Secreta de Salazar em África*, Lisboa, Dom Quixote, 2012 e TÍSCAR, María José, *A Contra-Revolução no 25 de Abril. Os “Relatórios António Graça” sobre o ELP e AGINTER PRESSE*, Edições Colibri, Lisboa, 2014.

Conacri, criava, a partir do seu cargo de Comandante da Polícia Marítima do Porto de Lisboa, um serviço paralelo, totalmente secreto, que desenvolvia o “Plano Dragão Marinho”, arquivado como “Processo Jaguar”, o qual possuía uma estrutura administrativa mínima no SGDN. O objetivo deste serviço era a recolha de informações focadas na Guiné portuguesa, tendo chegado a dispor de diversas redes em África e na Europa, com o objetivo de tomar o pulso da situação nos países vizinhos daquela colónia e dos movimentos tanto interiores como exteriores do PAIGC, sendo a informação produzida transmitida ao comodoro Peixoto Correia, chefe da 2.<sup>a</sup> Repartição do SGDN e ao CEMGFA, general Venâncio Deslandes. Dentro deste plano foram gizadas novas operações de intervenção na Guiné-Conacri com apoio externo, como, por exemplo, a “Operação Aço”, que contava com financiamento de um industrial alemão e um comando equipado pelos israelitas<sup>24</sup>.

#### **b. Os Serviços dos Ministérios Cíveis: o GNP e a DGNP**

De entre os serviços de informação não militares encontramos também os que formavam parte da estrutura ministerial do Governo, com um carácter, em princípio, mais especializado. Por uma parte, o do Ministério do Ultramar onde, em 1967, foi criado, na dependência direta do Ministro, o Gabinete dos Negócios Políticos (GNP)<sup>25</sup>, um serviço que centralizava a informação recebida em Lisboa proveniente dos Serviços de Centralização e Coordenação das Províncias Ultramarinas, pois era a ele que competia o estudo dos problemas da política ultramarina em todos os seus aspetos, tanto internos como externos<sup>26</sup>.

Por outro lado, o Ministério dos Negócios Estrangeiros através da sua rede de legações recolhia a informação que era enviada para seu estudo à Direção-Geral de Negócios Políticos (DGNP), que funcionava como um serviço próprio de centralização das informações provenientes das legações portuguesas no exterior. Pelo lado das instâncias diplomáticas oficiais havia uma boa disposição para aceitar os oferecimentos de informadores, alguns dos quais tinham como interlocutores as embaixadas portuguesas nalguns Estados europeus. Por exemplo à Embaixada de Portugal em Atenas acudiam súbditos sírios, gregos, libaneses e jordanos

---

<sup>24</sup> Processo “Jaguar”, Muito Secreto, SGDN, ADN 5703.6.

<sup>25</sup> Ver FONSECA, Bruno Leal Correia da, *O Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, o Congo-Léopoldville e Angola (1960-1965)*, Tese de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2013.

<sup>26</sup> Decreto-lei n.º 44 773, de 2 de junho de 1967.

oferecendo informações sobre a FRELIMO e os seus apoios no mundo árabe. Na embaixada portuguesa em Madrid, cidade na qual tinham encontrado refúgio governantes africanos depostos, designadamente Fulbert Youlou, do Congo-Brazzaville, Moisés Tshombé, do Congo-Kinshasa ou o rei do Burundi, além de aprovar a gestação e a ativação de múltiplas operações secretas por parte de serviços paralelos, eram oferecidas informações sobre a atuação do PAIGC na Guiné-Conacri, como a que foi registada sob o nome de “Dossier Margarida”<sup>27</sup>. As embaixadas costumavam consultar com a PIDE/DGS o interesse de cada uma destas ofertas e quem aparece na documentação consultada a avaliar cada uma das propostas é o inspetor Abílio Pires que era, além do mais, um dos encarregados da ajuda aos antigos membros da francesa OAS refugiados em Portugal.

### c. Os serviços de informações da PIDE/DGS em África

Desde a Polícia Preventiva, criada em 1898, reconvertida em Polícia Preventiva de Segurança do Estado em 1924 e extinta em 1926<sup>28</sup>, até à criação da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, em 1945<sup>29</sup>, antecedida da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, em 1933<sup>30</sup>, as atribuições dos organismos policiais portugueses não cessaram de incrementar as suas atuações e de alargar o seu campo de ação. A PIDE foi constituída como um organismo autónomo, inspirado, segundo consta no preâmbulo do decreto que a cria, na *Scotland Yard* inglesa, com um estatuto de “polícia judiciária para a repressão e prevenção dos crimes contra a segurança interior e exterior do Estado, mas dependente do Ministério do Interior”<sup>31</sup>.

A estrutura da PIDE no Ultramar, cujo quadro é criado em 1954<sup>32</sup>, ano da derrota francesa em Indochina e do início da guerra da Argélia, teve um desenvolvimento mais lento que na metrópole e nunca chegou a ser minimamente suficiente no campo das informações para as necessidades que pressupunha uma guerra assimétrica num espaço tão vasto mas, “viria a ter um papel importante entre os vários apoios que o Exército recebeu para a condução das suas operações”<sup>33</sup>.

---

<sup>27</sup> Info-Embaixada em Madrid “MARGARIDA”. ADN 5703. 2.

<sup>28</sup> Decreto n.º 11729, de 15 de junho de 1926.

<sup>29</sup> Decreto n.º 35 046, de 22 de outubro de 1945.

<sup>30</sup> Decreto-lei n.º 22 992, de 29 de agosto de 1933.

<sup>31</sup> Decreto n.º 35 046, de 22 de outubro de 1945.

<sup>32</sup> Decreto-lei n.º 39 749, de 9 de agosto de 1954.

<sup>33</sup> Resenha *Histórico-Militar das Campanhas de África (1961/1974)* Vol. I (2.ª Edição), Lisboa, EME, 1988, pág. 360.

Porém, a PIDE em África estava na dependência do Ministério do Ultramar e não do Ministério do Interior, não só por uma questão de unificação administrativa, cara ao Ministro do Ultramar, mas também “*para precaver as províncias ultramarinas contra o aparecimento de grupos de tendências independentistas e de concomitantes revoltas anticolonialistas*”<sup>34</sup>. O quadro de pessoal previa um total de 26 pessoas em Angola, 27 em Moçambique e 5 na Guiné<sup>35</sup>. Em 1956<sup>36</sup> o quadro no Ultramar foi alterado passando a 85 em Angola e Moçambique e 4 na Guiné (um subinspetor, um agente de 1.<sup>a</sup> classe e dois agentes de 2.<sup>a</sup> classe e auxiliares). Em 1957 passaram a 108 em Angola e Moçambique e a 10 na Guiné, sendo uma novidade a integração de radiotelegrafistas nos quadros de pessoal de Luanda e Lourenço Marques. Também neste ano foi inaugurada a delegação em Bissau, mas a rede da PIDE só foi completada<sup>37</sup> em 1958, mediante a criação de 5 postos (abrangendo um total de 12 subpostos) em S. Domingos, Catió, Bafatá, Farim e Gabu, todos dependentes da subdelegação em Bissau<sup>38</sup>. Em 1960 integrou-se um radiotelegrafista em Cabo Verde, mas não se contemplava esse posto para a Guiné.

Com Marcello Caetano foi redefinida esta polícia e criada a DGS (*Direção-Geral de Segurança*) cuja missão era “proceder à recolha e pesquisa, centralização, coordenação e estudo das informações úteis à segurança; manter relações com organizações policiais nacionais e estrangeiras e serviços similares, para troca recíproca de informações para coordenação na luta contra a criminalidade”<sup>39</sup>. O general Pedro Cardoso definia esta nova polícia como “um misto de serviço de informações e de polícia judiciária, não tendo conseguido individualizar as informações da parte da investigação e instrução dos processos”<sup>40</sup>. Mas, em termos gerais, para

---

<sup>34</sup> MENDES FERRÃO, Nuno de Sotto-Mayor Quaresma, *O Pensamento Colonial de Sarmento Rodrigues enquanto Ministro do Ultramar: 1950-1955*, Dissertação de mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1997, pág. 113, citado em Duarte Silva, António E., “Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC”, *Cadernos de Estudos Africanos*.

<sup>35</sup> Decreto-Lei n.º 39 749, de 9 de agosto de 1954.

<sup>36</sup> Decreto-Lei n.º 40 541, de 27 de fevereiro de 1956.

<sup>37</sup> Portaria n.º 16 750, de 28 de junho de 1958.

<sup>38</sup> DUARTE SILVA, António E., “Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 9/10, Centro de Estudos Internacionais, IUL, 2006, págs. 142-167.

<sup>39</sup> Decreto-lei n.º 49401, Diário do Governo n.º 275/1969, Série I de 24 de novembro de 1969.

<sup>40</sup> Ver CARDOSO, Pedro, *As Informações em Portugal*, Gradiva, Lisboa, 2004,

além das alterações terminológicas o modo de funcionamento permaneceu.

A PIDE/DGS mantinha boas relações com legações diplomáticas em Portugal, nomeadamente de países com interesses em África mas também com “neutrais” que prestavam serviços de representação dos interesses portugueses em Estados africanos, como era o caso da Suíça. Assim o manifestava, por exemplo, o Embaixador René Naville, no seu relatório de fim de missão, em Dezembro de 1970, aconselhando ao seu sucessor: “Deverá igualmente visitar e manter contacto com o diretor da “Direção-Geral de Segurança”, Sr. Fernando Eduardo da Silva Pais e seus colaboradores.”<sup>41</sup>

Resumindo, a produção de informações em Portugal, no início da guerra colonial, provinha, para além da originada pelas unidades das Forças Armadas situadas no terreno, do Ministério da Defesa (2.<sup>a</sup> Repartição do SGDN, SCCIA e SCCIM), do Ministério do Interior (GNR, PSP e LP), do Ministério do Ultramar (GNP), do Ministério dos Negócios Estrangeiros (legaões, missões e DGNP) e da PIDE. Não obstante, no primeiro momento da guerra colonial, os serviços de informações militares e os serviços de informações civis funcionarem de maneira totalmente separada, tendo sido efetuadas diversas tentativas de coordenação e, como se pode constatar na distribuição dos documentos, chegou a funcionar de maneira mais ou menos eficiente um circuito de distribuição das informações de maior relevo entre os órgãos mais envolvidos na guerra: o Ministério da Defesa Nacional, as Forças Armadas, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a PIDE/DGS.

Finalmente, podemos dizer que a importância que se atribui ao trabalho desenvolvido pelo serviço de informações da PIDE/DGS durante a Guerra Colonial vai adquirindo um maior protagonismo, na medida em que vai sendo conhecida a transcendência das suas atuações, quer no terreno militar, incluindo operações para lá das fronteiras dos territórios de soberania portuguesa, quer na “diplomacia paralela”, quer em “operações encobertas” ou mesmo em “missões discretas” de que os encontros de *Cap Skiring* entre o general Spínola e o Presidente Léopold Senghor, são alguns dos exemplos que iremos desenvolvendo neste trabalho seguindo a biografia do membro daquela polícia, António Frago Allas, o qual dedicou a quase totalidade dos seus serviços às informações em África.

---

também transcrito em Resenha *Histórico-Militar das Campanhas de África (1961/1974)* Vol. I (2.<sup>a</sup> Edição), EME, Lisboa, 1988, pág. 369.

<sup>41</sup> *Rapport de fin Mission*, 18 de dezembro de 1970, AFS, Berna E2024A#1993/354#2180.